UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA GERAL

MAYRA GOMES DE OLIVEIRA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A DIVERSIDADE SEXUAL: QUAL A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO LGBT+ NOS DOCUMENTOS OFICIAIS?

PONTA GROSSA
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA GERAL

MAYRA GOMES DE OLIVEIRA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A DIVERSIDADE SEXUAL: QUAL A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO LGBT+ NOS DOCUMENTOS OFICIAIS?

Trabalho de Conclusão apresentado como etapa obrigatória do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Micheli Bordoli Amestoy

PONTA GROSSA
2024

AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe Mary, mulher forte e guerreira, que me amou e me ensinou que a educação transforma realidades e vidas, além de ser minha referência e inspiração como professora, por todo seu amor e dedicação à Educação Infantil.

À minha namorada Lorena, que durante todo o processo me incentivou, me ouviu e me apoiou, agradeço por ter sido meu porto seguro nos dias difíceis.

À minha orientadora e professora Micheli Bordoli Amestoy, que foi paciente e acolhedora, auxiliando e dando suporte em minhas dificuldades para que o trabalho de fato acontecesse.

À minha família, que a cada encontro me trazia amor para que eu mantivesse o foco em minha caminhada acadêmica.

Aos meus amigos, que ouviram minhas inseguranças e incertezas, me tornando cada dia mais confiante.

Às minhas preceptoras Indianara Justus Munhoz, Angelita de Pinho Tavares e Alcileia Jaqueline Felix, por contribuírem na minha formação e por terem me recebido com tanto carinho nas escolas pelas quais passei.

RESUMO

O convívio entre as diversidades se faz presente durante toda a vida escolar, a partir disso, este trabalho realiza uma revisão sistemática de literatura (RSL) das produções acadêmicas que abordam as Políticas Públicas Educacionais voltadas à diversidade sexual a partir do ano de 2004, no qual houve o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, que visa o combate à violência e discriminação até o ano desta publicação. Ao fim da RSL, tivemos 9 achados, entre eles: trabalhos de conclusão de curso, artigos e dissertações. Indo além da revisão, o trabalho analisa como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador da educação básica brasileira e o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), documento que coloca em prática a BNCC de acordo com as características regionais do estado do Paraná, trazem em suas competências e objetos de conhecimento a abordagem da educação sexual. Ao fim da análise, com poucos achados, percebemos que a educação básica brasileira ainda carece da temática.

Palavras-chave: Políticas públicas; LGBT, Diversidade sexual, Educação sexual.

ABSTRACT

The coexistence between diversities is present throughout school life, based on this, this work carries out a systematic literature review (RSL) of academic productions that address Public Educational Policies aimed at sexual diversity from the year 2004, in as was the launch of the Brazil Without Homophobia Program, which aims to combat violence and discrimination until the year of this publication. At the end of the RSL, we had 9 discoveries, including: course completion works, articles and dissertations. Going beyond the review, the work analyzes how the National Common Curricular Base (BNCC), a guiding document for Brazilian basic education, and the Paraná State Network Curriculum (CREP), a document that puts the BNCC into practice according to the regional characteristics of the state from Paraná, brings in its competencies and objects of knowledge the approach to sexual education. At the end of the analysis, with few findings, we realized that Brazilian basic education still lacks this topic.

Keywords: Public policies; LGBT, Sexual diversity, Sexual education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Nuvem de palavras derivada dos trabalhos analisados 30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais acontecimentos da história LGBT+ no Brasil.....23

Quadro 2 – Etapas da Revisão Sistemática.....25

Quadro 3 – Produções mapeadas e analisadas no estudo.....28

Quadro 4 – Regiões e Instituições onde foram realizadas as pesquisas.....29

Quadro 5 – Competências encontradas na BNCC voltadas à educação sexual.37

Quadro 6 – Objetos de conhecimento com suas respectivas habilidades nos anos inicias do Ensino Fundamental 39

Quadro 7 – Objetos de conhecimento com suas respectivas habilidades nos anos finais do Ensino Fundamental.....40

Quadro 8 – Competência 2 e Habilidade do Ensino Médio nas Ciências da Natureza.....41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de trabalhos encontrados nas bases de dados selecionados.....26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de mortes por violência contra LGBT 24

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....13
1.1. OBJETIVO GERAL 18
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 18
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....18
3. EDUCAÇÃO LGBT+ NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS: O QUE DIZEM AS PESQUISAS ACADÊMICAS? 21

3.1 CRONOLOGIA DA HISTÓRIA LGBT+ NO BRASIL.....22
3.2 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA: OS ACHADOS DA PESQUISA.....25
3.3 MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS.....27
Categoria1: Direitos e visibilidade LGBT.....30

Categoria 2: Políticas públicas e os movimentos sociais.....31

Categoria 3: Educação sexual e o ambiente escolar.....33

4. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE (CREP): HÁ ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO BÁSICO? 35

4.1 O QUE NOS DIZEM OS CURRÍCULOS – NACIONAL E ESTADUAL SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL? 36

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS.....42

REFERÊNCIAS 43

APRESENTAÇÃO

Chamo-me Mayra Gomes de Oliveira, sou acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), acabei de iniciar o oitavo e último semestre da graduação. Simultaneamente, trabalho no Centro de Educação Ambiental (CEA) na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, no qual desenvolvemos atividades que abordam temáticas como: crimes ambientais, resíduos sólidos, biodiversidade, dentre vários outros assuntos que entendemos como necessários. Esse trabalho se desenvolve com estudantes de todos os níveis de ensino, chegando também à comunidade, o que enriquece ainda mais o meu amor pela educação.

Antes do CEA, tive a oportunidade e o prazer de conhecer outros ramos da licenciatura em biologia, fui monitora no Museu de Ciências Naturais, lá trabalhei com diversas idades de todos os níveis de ensino, tive um contato maior com a Zoologia, ramo que me deixou encantada.

Em seguida, conheci o Programa Residência Pedagógica (RP), que tinha como objetivo a interdisciplinaridade entre a biologia, a química e a física em turmas de Ensino Médio. Vi a oportunidade de crescimento no programa ao me inscrever, não apenas pelo fato de sair da minha zona de conforto ao ter que trabalhar conteúdos que não eram da minha área e ter que associar estas de alguma maneira à biologia, mas também por ser a chance de ter um contato maior com a sala de aula além do estágio curricular obrigatório.

Desde que iniciei o contato com as turmas durante as observações, percebi que os alunos sempre estavam atentos às histórias contadas pelos professores, principalmente quando estas traziam informações dos docentes fora da sala de aula. Entre as histórias sempre tinha algo citado pelas professoras que acompanhei como: ”Viajei com meu marido e fomos a um parque muito legal no fim de semana”. Eu, lésbica, com regências que aconteceriam em breve, comecei a me perguntar como falaria da minha namorada. Será que preciso usar um pronome neutro? Será que contar uma história assim seria visto de forma “anormal”? Estas e outras perguntas me causavam certo medo e insegurança.

Quando minhas regências se aproximaram, conversei com uma professora do departamento de História e ela me disse que se eu não tratava

minha sexualidade de forma natural, seria difícil que qualquer outra pessoa tratasse. Desde então, percebi que assim eu faria, tratar a minha sexualidade da mesma forma que a heterossexualidade era tratada. Ao fazer isso me surpreendi, em nenhum momento senti represália de alunos ou qualquer outra pessoa que tive o contato dentro das escolas pelas quais passei. Além disso, percebi que alunos da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e demais orientações sexuais (LGBT+) que muitas vezes sofriam violências, principalmente verbais, se sentiram de certa forma representados.

Foi a partir destas experiências que no terceiro ano da graduação quando era preciso definir qual seria minha pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), decidi que queria aprofundar o conhecimento sobre a existência de políticas públicas que amparem a mim e a qualquer LGBT+ dentro da escola, e ainda, se estas realmente estão sendo colocadas em prática, ou estão sendo deixadas apenas no papel/teoria. A partir disso, espero que minha pesquisa possa contribuir para que a sexualidade seja abordada nas escolas de forma que todos sintam-se acolhidos e pertencentes ao mesmo espaço.

1. INTRODUÇÃO

Desde que nascemos e pertencemos a uma família, conhecemos e aprendemos o mundo de acordo com a visão de nossos pais, que provavelmente nos passam o que também aprenderam com nossos avós. No Brasil de acordo com a Lei Federal n° 12.796, constitui-se a obrigatoriedade do início da educação escolarizada a partir dos 4 anos de idade, isso faz com que, ao estar na escola, possamos conhecer e conviver com visões distintas das que conhecíamos até então. Esse encontro de vivências, muitas vezes são acompanhados de conflitos, mas também auxiliam o indivíduo a conviver e a respeitar as diferenças, sejam elas por raça, religião, gênero, ritmos de aprendizagem, valores, expressão da sexualidade, entre outros.

Ainda sobre o nascimento, o sexo do indivíduo, que é atribuído às suas características biológicas, faz com que sejam definidos a ele particularidades. Das meninas é esperado que gostem de brincar com bonecas, brinquedos que arremetem a afazeres domésticos como: panelas, ferro de passar, vassouras, etc. Para os meninos ficam os dinossauros, carros, bolas e demais objetos associados à masculinidade, definindo assim o sujeito, o que chamamos de gênero. No entanto, as vivências e a psique de cada indivíduo são únicas e necessárias na formação deste. Louro (1997, p.27) corrobora com esta ideia ao afirmar que: “As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação”. Ou seja, não nos cabe definir o que o indivíduo é ou estipular um momento para que isso aconteça. Durante a vida toda essa construção irá definir a identidade de gênero do sujeito, como este se vê e gostaria de ser visto.

Ao abordarmos essas definições, refletimos acerca dos estereótipos associados a homens e mulheres, e o fato de que se estes não estiverem dentro dos padrões esperados pela sociedade, sofrerão preconceitos, o que acontece muito com mulheres lésbicas “desfeminilizadas” e homens gays “afeminados”.

> A homofobia, o medo voltado contra os/as homossexuais, pode se expressar ainda numa espécie de “terror em relação à perda de gênero”, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher “reais” ou “autênticos/as” (Louro 1997, p.28)

Ao voltarmos na história, encontramos uma luta constante pela igualdade, que começou a ganhar força em 1969 após a Revolta de *Stonewall*[1], a partir de então, a luta contra a discriminação e a busca por igualdade, ou seja, mesmos direitos e deveres, independendo de orientação sexual e/ou gênero foi ganhando espaço. Em 1990, a sigla GLS passa a ter a inclusão de bissexuais e transgêneros, tornando-se GLBT, sofrendo novas mudanças ainda alguns anos depois, dando visibilidade às mulheres lésbicas, tivemos a sigla LGBT, à qual foram sendo acrescentados outros termos seguido do sinal "+", que busca abranger a diversidade de gênero e sexualidade.

Ao falarmos da sexualidade do indivíduo, estamos falando da orientação sexual deste, isso significa dizer, por qual gênero sente atração amorosa e sexual, esperando que essa atração seja pelo sexo oposto ao seu, se encaixando na heterossexualidade. Mesmo que esta seja a "norma" na sociedade, não é singular, há a homossexualidade, em que a atração do sujeito é por pessoas do mesmo sexo que o dele. Há ainda a bissexualidade, que é a atração pelos dois sexos, a pensexualidade, na qual a atração acontece sem se importar com o sexo do indivíduo e a assexualidade, aquela na qual a pessoa sente pouco ou nenhuma atração sexual.

É sabido que a única que não vem acompanhada de discriminação e violência nas escolas e fora dela, é a heterossexualidade, pelo fato de ser hegemônica. No intuito de combater a intolerância, é preciso instituir novas políticas públicas, a partir das necessidades identificadas pelo governo. Quando estas políticas estão voltadas à educação são chamadas de políticas públicas educacionais, que segundo Amestoy e Tolentino-Neto (2024, p.18) têm como objetivo principal a melhoria do acesso e da qualidade da educação, promovendo assim igualdade de oportunidades de aprendizagens, além de atender às mais diversas necessidades da população no que se diz respeito à educação.

---

[1]Movimento que aconteceu em um bar na cidade de Nova York, tendo como protagonistas mulheres transgêneros pretas, que resistiram à agressão policial em uma época em que a relação entre pessoas do mesmo sexo era considerada crime. O acontecimento gerou manifestações e protestos a favor dos direitos da comunidade de gays, lésbicas e simpatizantes (GLS). Disponível em: (https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia). Acesso em: 29 jul 2024.

Outra maneira de combater a intolerância dentro das escolas, é a educação sexual, que segundo Ribeiro (2011) contribui para que a criança ou o jovem tenha uma vida mais integrada, saudável, com uma melhor autoestima e conhecimento do próprio corpo e consciência em ter relações preventivas. Pois diferente do que muitos pensam, esta não incentiva a prática sexual, mas traz abordagens como: métodos contraceptivos, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), diversidade sexual, gravidez na adolescência comportamentos de abusos, entre outros assuntos a respeito do corpo do adolescente, sanando dúvidas e promovendo respeito.

A partir disso, buscamos então analisar alguns dos documentos curriculares oficiais a fim de identificar se estes apresentam a educação sexual como elemento necessário no processo de formação do aluno e de que forma isso é sinalizado. Para isso, partimos do documento que serve como referência nacional para currículos estaduais e municipais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

De acordo com o Relatório para o Desenvolvimento Humano (PNUD) publicado em 2005, ou seja, há quase duas décadas, o relatório entre outras coisas, explicita algumas estratégias usadas na expansão das cadeias de equivalências em torno da diferença, dando um destaque maior ao racismo. De acordo com Macedo (2009, p. 93):

> Essa expansão lança mão, ela mesma, de uma representação que vem suportando o mito da democracia racial: a ideia de que o preconceito no Brasil não é racial, mas social. As políticas da diferença utilizam, tentando subvertê-lo, parte de um mito bem sedimentado que lhes serve de antagonista. A expansão custa, portanto, aos movimentos negros parte de suas próprias demandas.

Não muito diferente, conseguimos observar que nas lutas travadas pelo Movimento LGBTQI+ as cadeias de equivalências em torno da noção de diferença também se encontram presentes. Nesse sentido, de acordo com Carvalho (2020, p. 94) "não colocar a diferença como questão central é negar que a escola é um ambiente socialmente diverso".

Devido a isso os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares em seus planejamentos anuais devem levar em consideração a superação dessas desigualdades, planejando-se com claro foco na equidade, que

pressupões reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (Brasil, 2018). É assim então que segundo Carvalho (2020) o Estado ausenta da responsabilidade de tratar desses temas, os passando para as esferas menores, colocando à periferia as diferenças.

O estado do Paraná, local no qual se desenvolve este trabalho, implementou a Base Nacional Comum Curricular por meio do Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), que tem como objetivo complementar e reorganizar o Referencial Curricular do Paraná, abordando as principais necessidades e características da nossa rede de ensino à luz da BNCC. Nele estão elencadas sugestões e orientações de conteúdos adequados à nossa realidade regional, os quais devem servir como base para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para a trajetória dos estudantes nesta etapa de formação (Paraná, 2019).

De acordo com as pesquisas já realizadas, há deficiências na BNCC em relação à educação sexual e de gênero. Sartori (2022) constata a marginalização da Educação Sexual na BNCC, assim como também afirma Carvalho (2020, p.98):

> Num período histórico que coaduna processos globalizantes, com presença cada vez maior de grandes órgãos econômicos dentro das políticas públicas e avanço do neoliberalismo, com uma guinada conservadora, saltam aos olhos problemas que se relacionam com a construção de um currículo único, ilustrado na Base Nacional Comum Curricular, e a ausência de temáticas importantes, como a tão cara questão do gênero e da sexualidade dentro do âmbito da educação

Freitas (2021, p.24) em análise da BNCC constatou que de forma geral foi possível identificar que o documento da Base:

> [...] evitou discussões relacionadas as temáticas sexuais, em vez disso, concentrou seu texto nas listas de conteúdo e competências que devem ser desenvolvidas. Termos como “desenvolver”, “participar”, “cuidar”, “relacionar”, “debater”, “produzir”, “apropriar-se” na BNCC, mostram um panorama bastante genérico e vazio de significado em relação as abordagens da sexualidade humana, cuidados com o próprio o corpo e respeito às diferenças.

Sartori (2002) observa que a Educação para a Sexualidade no meio escolar, é um processo que se encontra em constante transformação e evolução, precisando assim, da resolução de diversas questões, envolvendo entre outras

necessidades, a formação de professores, visto que estes terão que lidar com dúvidas, questionamentos, preconceitos, entre outros assuntos. Esta formação deve ser contínua e não apenas com os professores de ciências e biologia, disciplinas nas quais tem em suas unidades temáticas como objetos de conhecimento, a sexualidade, mas de maneira transversal como aponta Ribeiro (2011) que é imperativo ao afirmar que a sexualidade deve estar inserida dentro do projeto pedagógico da escola, para que assim todas as disciplinas trabalhem em sintonia. Em consonância, Louro (1997, p. 57) afirma que:

> "Diferenças, distinções, desigualdades… A escola entende disso. [..] Concebida inicialmente para acolher alguns — mas não outros — ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações irias, explícita ou implicitamente, "garantir" — e também produzir — as diferenças entre os sujeitos."

O intuito deste trabalho é fazer um levantamento das produções acadêmicas a partir das políticas públicas educacionais e como estas estão sendo propostas nos documentos, quando visamos assegurar a permanência e o direito à educação à lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e demais orientações sexuais (LGBT+), sem que sejam invisibilizadas e/ou banalizadas pelo poder público.

Na luta pelo entendimento e cumprimento do direito da população LGBT+, há políticas que foram criadas no intuito de combater a violência e dar suporte a essas pessoas como, por exemplo: o **Brasil Sem Homofobia (BSH)**, um programa de combate à violência e discriminação, publicado em 2004, dividido em 11 programas de ações, o quinto destes voltado ao direito à educação. Cinco anos depois, em 2009, teve a publicação do **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis** que tem como objetivo geral a orientação da construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT+, ressaltando a intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas. Esse documento apresenta como orientação 8 princípios e 51 diretrizes, 5 destas dando ênfase à educação, uma delas trazendo "[...]a Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da

diversidade da orientação sexual e identidade de gênero" (Brasil, 2009). Ambos publicados na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, buscam assegurar o direito à educação, saúde, bem-estar, cultura e segurança.

Diante disso, o presente trabalho apresenta como problema de pesquisa: **De que forma os documentos oficiais e as atuais políticas públicas educacionais têm abordado a Educação LGBT+?**

1.1 OBJETIVO GERAL: Analisar os documentos oficiais e políticas públicas educacionais criadas para orientar a educação brasileira na inclusão e permanência da população LGBT nas escolas e no combate da discriminação.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar uma Revisão Sistemática de Literatura das produções acadêmicas das duas últimas décadas que abordam as políticas públicas educacionais voltadas à diversidade sexual;
- Analisar documentos referentes às principais políticas públicas educacionais relacionadas à diversidade sexual e gênero na escola;
- Analisar de que forma a temática Educação Sexual está inserida no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), na área de Ciências da Natureza.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando a questão e os objetivos estruturados para a presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, a abordagem definida para a sua realização foi a de pesquisa qualitativa. De acordo com André (2013, p.97):

> [...] as abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados

Ainda segundo André (2013), na perspectiva das abordagens qualitativas, não é a atribuição de um nome que estabelece o rigor metodológico da pesquisa, mas a explicitação dos passos seguidos na sua realização, ou seja, a descrição pormenorizada do caminho percorrido para alcançar os objetivos. Quanto aos procedimentos de pesquisa, esta caracteriza-se como uma pesquisa documental (GIL,2010), uma vez que será realizada a partir de documentos já disponíveis.

Lüdke e André (2020) destacam algumas das potencialidades na utilização de documentos como fontes de dados como, por exemplo, a estabilidade, uma vez que podemos retornar ao documento a qualquer momento, o baixo custo para a realização da pesquisa e a não reatividade da fonte, o que dispensa a presença de sujeitos. De acordo com as autoras supracitadas:

> Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 45).

Além disso, este trabalho apresenta uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) das produções acadêmicas dos anos de 2004 a 2024 que abordam as políticas públicas educacionais voltadas para educação sexual.

Para isso, a pesquisa aconteceu em duas etapas, sendo que em um primeiro momento, foram analisados por meio de uma análise documental dois documentos pré-selecionados: Brasil Sem Homofobia, lançado pelo Governo Federal em 2004, escolhido por ser um programa transversal, ou seja, apresentar temas que envolvem um aprender sobre a realidade, na realidade e da realidade, com a preocupação de interferir nesta para transformá-la. Propondo recomendações para implementação de ações voltadas para: apoio de projetos que fortaleçam instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; Capacitação de profissionais e representantes do movimento LGBT que atuam na defesa dos direitos humanos; Disseminar informações sobre direitos e promoção da autoestima de homossexuais; Incentivar à denúncias quando

houver violação dos direitos humanos da comunidade LGBT (BRASIL, 2004). Além de trazer uma de suas ações com abordagens ao direito à educação do público em questão.

E o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, publicado em 2009, que trouxe em sua apresentação a busca de fortalecimento do Programa Brasil Sem Homofobia, além de ter como objetivo geral a orientação e construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, também utilizando a transversalidade na proposição e implementação destas políticas (BRASIL, 2009). Publicados em momentos distintos, por diferentes instituições, mas que possuem um objetivo em comum, estabelecer reflexões e traçar propósitos no cumprimento dos direitos da população LGBT+. Para isso, será utilizada a análise documental, que segundo Bardin (2016) busca facilitar a informação trazida por um documento ao observador de maneira pertinente e com grande número de informações.

A análise de conteúdo será realizada em três etapas, que são esquematizadas por Bardin (2016), sendo: **pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados.** A pré-análise é dividida em:

a) Leitura flutuante - na qual foram encontrados 3 documentos que abordavam as políticas públicas educacionais voltadas à comunidade LGBT+.
b) Escolha dos documentos - nesta etapa foram selecionados de fato 2 desses documentos, por serem marcos para história LGBT+.
c) Formulação das hipóteses e objetivos - Nesta etapa foi definida a pergunta que deveria ser respondida ao fim da pesquisa, esta foi: De que forma os documentos oficiais e as atuais políticas públicas educacionais têm abordado a Educação LGBT+? E quais seriam os objetivos para conseguir respondê-la.
d) Elaboração dos indicadores - Os indicadores utilizados foram: políticas públicas, LGBT, educação sexual e diversidade sexual.
e) Preparação do material – seleção e escolha dos documentos a serem analisados.

2- Exploração do material - Nesta etapa foram explorados: ano de publicação dos documentos e como estes estavam divididos. Etapa em que o material é codificado e categorizado.

3 – Tratamento dos resultados: Etapa em que os resultados são interpretados e tratados.

Em seguida, realizou-se um mapeamento das produções acadêmicas encontradas, sendo selecionadas para análise e discussão dissertações, trabalhos de conclusão de curso e artigos publicados no período de 2004 a 2024, que abordaram a educação LGBT+ no Brasil a partir das políticas públicas voltadas a gênero e sexualidade, analisando e discutindo suas interpretações. Para a realização da RSL será usado o protocolo adaptado de Ramos *et al.* 2014.

A intenção desta pesquisa é conhecer e compreender o que cada um desses documentos apresenta e representa, fazendo uma análise de suas particularidades, quais os fatos que fizeram com que estes fossem necessariamente escritos, em que momento político cada um foi publicado, refletindo os porquês de um assunto que gera tanta violência, seja ela verbal ou física não tem a visibilidade que demanda. A partir das análises feitas, este trabalho tem como propósito extrair e compactar o maior número de informações, a fim de se tornar um incentivo para a inserção dessa temática no ambiente escolar.

O intuito desta pesquisa é levantar os documentos que fundamentam a caminhada LGBT+ no Brasil, quando estes foram lançados, quais instituições o fizeram acontecer e como as produções acadêmicas trazem análises destes documentos, no propósito de extrair e compactar o maior número de informações.

Além disso, foi feita uma análise documental nos documentos curriculares nacional – BNCC e no documento orientador curricular estadual do estado do Paraná – CREP a fim de apontar ausências e presenças, vozes e silenciamentos da abordagem da educação sexual no ensino de ciências e biologia.

3. EDUCAÇÃO LGBT+ NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS: O QUE DIZEM AS PESQUISAS ACADÊMICAS?

O documento Brasil Sem Homofobia (BSH) foi lançado em 2004 durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apresenta uma dedicatória à Janaína, mulher transgênero, ativista cearense que fez história na luta em defesa do movimento LGBT+, por ser a primeira mulher transgênero a ter a carteira profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e quem desenvolveu a primeira campanha contra o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) no Brasil com ênfase nos transgêneros, além de outras ações para prevenção e tratamento de pessoas deste grupo.

O documento apresenta como objetivos principais a promoção da cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais a partir da igualdade de direitos e combate à discriminação e a violência. Para que isso seja alcançado, são buscadas ações que fortaleçam projetos voltados à comunidade LGBT+, capacitação de profissionais que estão à frente na defesa dos direitos humanos, propagação de informação acerca destes direitos e o incentivo à denúncia caso estes não sejam cumpridos.

O documento elenca 11 programas de ações, iniciando com a Articulação da política na promoção dos Direitos de Homossexuais, em que traz o intuito de que a partir do BSH, outras ações sejam elas parciais ou integrais, sejam realizadas pelo Governo Federal, e que este possa fortalecer Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, além de apoiar o combate à discriminação a parir de campanhas institucionais e publicidade, conscientizando a população brasileira a não homofobia e estando a par da situação socioeconômica da população LGBT+ pelas pesquisas em universidades.

3.1 CRONOLOGIA DA HISTÓRIA LGBT+ NO BRASIL

A seguir são elencados alguns dos principais acontecimentos que marcaram a história LGBT+ no país:

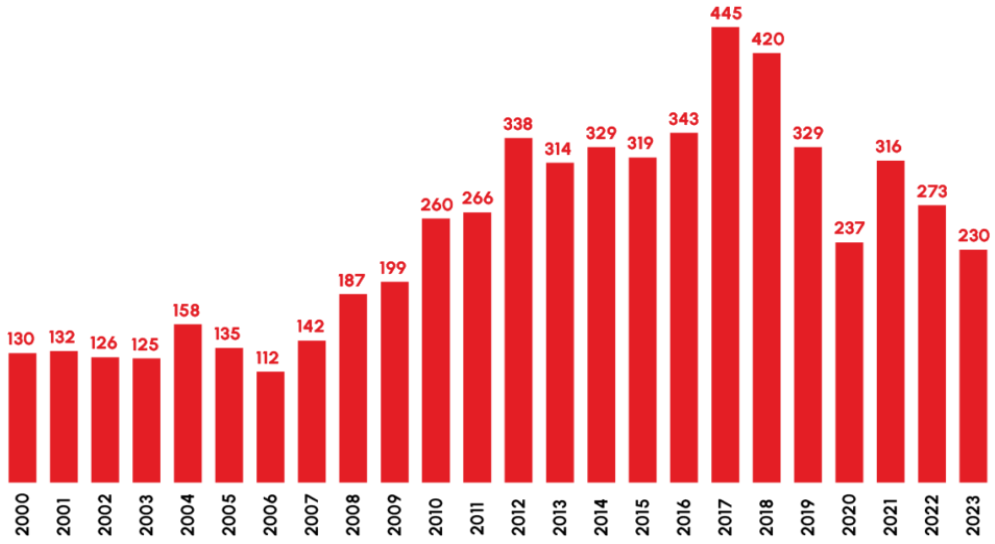
Quadro 1- Principais Marcos da História LGBT+ no Brasil

1997 - Primeira Parada do Orgulho Gay no Brasil; **1997-** A primeira autorização da neocolpovulvoplastia e neofaloplastia aconteceu em caráter experimental apenas em hospitais universitários ou públicos adequados à pesquisa. O transexualismo é considerado pela resolução uma doença e o paciente precisaria estar há pelo menos dois anos diagnosticado para se candidatar a sua realização; **2001 -** Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação; **2003 -** Criação de uma Comissão temática permanente para receber denúncias de violação de Direitos Humanos, com base na orientação sexual; **2003 -** Conselho Nacional de Imigração, passou a reconhecer a união estável entre homoafetivos para concessão de vistos; **2004 -** Lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia; **2004 -** Dia Nacional da visibilidade Trans; **2008 -** Primeira Conferência Nacional LGBT; **2009 -** Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; **2010 -** Primeira Marcha Nacional contra a Homofobia; **2010 -** Neocolpovulvoplastia e neofaloplastia passa a ser permitida em todos os hospitais; **2010 -** Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de LGBT; **2011 -** “Cura Gay” no Congresso Nacional; **2011 -** Política Nacional de Saúde Integral LGBT; **2011 -** STF reconhece união homoafetiva como núcleo familiar; **2018 -** Mudança de nome e sexo de pessoas transgêneros no Cartório; **2018 -** Transexualidade não é mais doença na OMS; **2019 -** Criminalização da Homofobia no Brasil; **2021 -** Fechamento do Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT; **2022** – O Supremo Tribunal de Justiça (STF) estabeleceu que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) também deve ser aplicada aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transgênero.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A partir da linha do tempo desenhada acima, é possível perceber algumas conquistas e garantias de direitos ao longo dos anos para a luta LGBT+. No entanto, ao olharmos para o Gráfico 1, surgem algumas inquietações. Isso porque, no gráfico, os dados mostram um aumento significativo da violência contra a população LGBT+ no decorrer dos anos, fazendo com que fiquem questionamentos se há uma relação entre a falta de políticas públicas com estes números. O Brasil é o país com maior número de mortes de LGBT+ do mundo, e ainda que os números sejam assustadores, é sabido que esses dados são subnotificados.

Gráfico 1 - Número de mortes por violência contra LGBT



Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo gay da Bahia, Observatório de mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil, 2023.

A partir do gráfico acima, conseguimos identificar um elevado número de mortes e que apenas em 2023, de acordo com o Dossiê[2] de LGBTIfobia Letal 2023 é que estas mortes foram relacionadas a LGBTIfobia[3].

[2] Disponível em: (https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2023/). Acesso em 1 set 2024.

[3]A LGBTIfobia se configura como todo preconceito, violência ou agressões verbais, físicas, psicológicas e institucionais dirigidas às pessoas LGBT+ com o intuito de agredir, desestabilizar, invisibilizar e silenciar. Essas violações são exercidas por meio da hostilidade e do ódio direcionados a quem não se encaixa nos padrões cis-hetero-normativos impostos a toda sociedade. De acordo com: https://www.ufmg.br/prae/wp-content/uploads/2021/11/Cartiha_LGBTfobia.pdf. Acesso em 15 set 2024.

Diante disso, este capítulo busca categorizar as abordagens encontradas nas produções acadêmicas, que tiveram como referência em suas pesquisas documentos que foram criados como base para outros programas e políticas contra a violência e a discriminação da comunidade LGBT+ na sociedade e na escola das últimas duas décadas,

3.2 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA: OS ACHADOS DA PESQUISA

De acordo com Kitchenham (2004), a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) constitui-se numa maneira de análise e interpretação de estudos já realizados acerca da temática de interesse. Segundo Ramos *et al*. (2014, p.20), para a realização desse tipo de pesquisa é preciso que se busque "[...] definir critérios, métodos precisos e sistemáticos, por forma a identificar e selecionar as fontes bibliográficas com o máximo rigor, grau de eficiência e confiança no trabalho desenvolvido". Nesse sentido, para a realização da RSL deste trabalho, foram seguidos os passos definidos pelos autores no protocolo abaixo (Quadro 2):

Quadro 2: **Etapas da Revisão Sistemática**

Etapa	Ação
i) Objetivos	Definição da problemática de pesquisa;
ii) Equações de pesquisa	Definição das palavras-chaves e combinações (*AND, OR, NOT*);
iii) Âmbito	Definição das bases de buscas;
iv) Critérios de inclusão	Definição dos estudos aceitáveis;
v) Critérios de exclusão	Definição dos estudos não aceitáveis;
vi) Critérios de validade metodológica	Verificação dos critérios de inclusão e exclusão;
vii) Resultados	Registro dos passos realizados;
viii) Tratamento dos dados	Análise dos estudos selecionados.

Fonte: Adaptado de Ramos *et al.* 2018.

Em consonância ao protocolo supracitado, em um primeiro momento definiu-se a problemática da pesquisa: De que forma os documentos e as atuais políticas públicas educacionais tem abordado a Educação LGBT+?

Em seguida, foi definida a combinação de palavras-chave que seriam usadas nas bases de buscas, que foram: "políticas educacionais", "diversidade sexual", "LGBT" e "educação sexual". Como condição de busca foi estipulado que as produções selecionadas deveriam tem acontecido entre os anos de 2004

a 2024, pelo fato de que o pontapé às políticas públicas LGBT+ é o Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004.

Na sequência, foram definidas como bases de buscas a serem utilizadas para revisão sistemática o *Oasis* que é um Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e o Google Acadêmico, conforme mostra a Tabela 1:

Tabela 1: Número de trabalhos encontrados nas bases de dados selecionadas

Base de Dados	N° de trabalhos encontrados
Oasis	21
Catálogo Capes	6
Google Acadêmico	4
Total	31

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

De acordo com o protocolo descrito no Quadro 2, a partir das buscas, para delimitar os trabalhos norteadores, foram usados critérios de inclusão: I) trabalhos que foram publicados nos anos de 2004 a 2024; II) Publicações voltadas à educação básica; III) Publicações que abordassem os documentos analisados, que foram: Brasil Sem Homofobia e/ou Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Para uma seleção ainda mais delimitada, também foram levantados critérios de exclusão, sendo: I) trabalhos realizados antes de 2004; II) trabalhos duplicados ou que não tiveram como acessar; III) Publicações que não abordassem à educação básica. IV) Publicações que não abordassem as políticas públicas LGBT.

Como mencionado na explicação da etapa anterior, com a aplicação dos filtros de ano de publicação, foram excluídos os artigos e publicações anteriores ao ano de 2004, assim como também, os trabalhos duplicados. Os demais critérios de exclusão foram atendidos com a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos. A validade metodológica foi definida com a revisão dos critérios de inclusão e exclusão e com a realização da pesquisa por mais de um pesquisador e conferência por pares.

Na plataforma *Oasis*, em busca avançada foram colocadas as combinações de palavras, o intervalo de tempo que era aceito e ainda

selecionadas as opções de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. Após aplicação dos filtros, foram encontradas vinte e uma publicações.

A busca ocorreu no mês de maio de 2024 e os resultados estão expostos na seção que se segue, na qual é apresentada a análise sistemática das produções mapeadas, apontando-se para os objetivos dos estudos e seus principais achados e discussões. Para a categorização dos trabalhos selecionados e análises, foi utilizada a análise de conteúdo, com base em Bardin (2016).

3.3 MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Foram mapeadas 31 produções relativas à temática das políticas públicas educacionais que abordam o combate à homofobia e a busca pela igualdade em direitos da comunidade LGBT com a análise de documentos como o Programa Brasil Sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, porém, a partir da aplicação dos filtros de inclusão e exclusão, restaram apenas 9 delas, as quais são apresentadas no Quadro 3:

Quadro 3: Produções mapeadas e analisadas no estudo

Referência da produção	Ano	Tipo
SOUZA, J.A.C. **A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. 2016	2016	Dissertação
DANILIAUSKAS,M**. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011	2011	Dissertação
MOREIRA. J. **Janelas fechadas: o percurso da Pauta LGBT no PNE 2014**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2016	2016	Dissertação
GOMES, J.C. **Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT: Uma análise das ações do programa Brasil Sem Homofobia em João Pessoa/PB**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2016	2016	Dissertação
ROTUNNO, L. **Educação e diversidade: uma análise sobre as políticas educacionais de combate à LGBTfobia.** Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2018	2018	TCC
RIBEIRO, J.T. **Políticas para a comunidade LGBT: uma breve análise do Programa "Brasil Sem Homofobia".** Trabalho de conclusão de curso – Universidade de Brasília. Brasília. 2014	2014	TCC
JOCA, A.M. **Para além do Devir: Políticas públicas educacionais para a diversidade sexual.** In: Revista Avaliação de Políticas Públicas, v.2, n.14, p,46-64,jul/dez. 2014	2014	Artigo
VIANNA, C.P. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios.** Revista Scielo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015.	2015	Artigo
MEIRELES, A.C.; RAIZER, E.C.; MARGOTTO, L.R. **Diversidade sexual nas políticas educacionais brasileiras: uma abordagem crítica preliminar.** In: Anais do Seminário Nacional da Pós Graduação em Ciências Sociais – UFES, v.1, n.1. 2011.	2011	Artigo

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nota-se que os trabalhos se dividem em 4 dissertações, 2 trabalhos de conclusão de curso e 3 artigos, todos no período de 2011 a 2018, podendo-se perceber de acordo com o Quadro 3, que carecemos de teses de doutorado. Um dos fatores de poucos trabalhos terem sido mapeados, pode ser pela falta de fomento, lembrando que tivemos um governo conservador no período de 2018 a 2022, muitas vezes trazendo falas homofóbicas como: "O que nós queremos é que o Joãozinho seja Joãozinho a vida toda. A Mariazinha seja Maria a vida toda, que constituam família, que seu caráter não seja deturpado em sala de aula, indo contra a educação sexual.

De acordo com o Quadro 4 a seguir, é possível ver as universidades nas quais os pesquisadores tiveram suas produções publicadas, dentre elas 2 Trabalhos de Conclusão de Curso, 4 Dissertações e 3 artigos.

Quadro 4: Regiões e Instituições onde foram realizadas as pesquisas

Produções acadêmicas selecionadas						
Instituição de Ensino Superior	Região	IES	Dissertação	TCC	Artigo	Ano
Universidade Tuiuti do Paraná	PR	UTP	1	0	0	2016
Universidade de São Paulo	SP	USP	1	0	0	2011
Universidade Federal do Paraná	PR	UFPR	0	1	0	2018
Universidade Federal do Paraná	PR	UFPR	1	0	0	2016
Universidade de Brasília	DF	UnB	0	1	0	2014
Universidade Federal da Paraíba	PE	UFPB	1	0	0	2016
Universidade de São Paulo	SP	USP	0	0	1	2015
Universidade Federal do Espírito Santo	ES	UFES	0	0	1	2011
Universidade Federal do Ceará	CE	UFC	0	0	1	2014

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Ao analisar os anos em que foram feitas, é visto um hiato entre o lançamento do BSH, que ocorreu em 2004, até 2011, o primeiro trabalho dentre os analisados. A partir deste ano, há um aumento significativo nas produções acadêmicas abordando às políticas públicas educacionais quanto à diversidade de gênero e sexualidade, sendo a maioria no ano de 2016, coincidindo com o tempo em que o Brasil teve como Presidenta da República Dilma Rousseff, que após um golpe de Estado, teve seu mandato interrompido, passando a faixa presidencial a Michel Temer. Durante os 3 anos deste no comando do país, percebemos a publicação de apenas um dos trabalhos analisados e nenhum durante o Governo Bolsonaro. A Figura 1 abaixo apresenta uma nuvem de palavras relativa às produções aqui analisadas.

Figura 1: Nuvem de palavras derivada dos trabalhos analisados

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir dos resumos das publicações, pode-se observar algumas palavras que aparecem em destaque nas principais abordagens apresentadas nos trabalhos revisados, como se observa na nuvem de palavras da Figura 1. Como consequência do tema analisado, as palavras em evidência são “Políticas”, “Públicas” e LGBT objetivando a questão problematizadora deste trabalho, mas algumas palavras ainda merecem destaque como: “Homofobia”, “Combate” e “Direitos”, o que era esperado, pelo fato de que a busca pela igualdade em direitos da comunidade LGBT é uma luta diária e que ainda será longa, pois a homofobia está em todos os lugares e precisa de um trabalho coletivo para ser combatida. Esse resultado apresenta indícios de que trabalhos aqui selecionados se encontram relacionados com essa pesquisa, em que desde o início tratou-se desses assuntos e apresenta-se uma relação entre todos os conceitos, enriquecendo o texto e o referencial teórico.

A seguir, é apresentada a análise feita a partir de categorias elaboradas *a posteriori,* após a leitura dos trabalhos selecionados.

Categoria 1: Direitos e visibilidade LGBT

Esta categoria traz como foco principal a caminhada dos movimentos sociais na busca dos Direitos e Visibilidade LGBT ao longo dos anos. Dos trabalhos analisados, a dissertação de Souza (2016) traz 3 capítulos, 1 destes pertencente a esta categoria. A abordagem do primeiro é a constituição do sujeito homossexual, a teoria queer e as intersecções com o movimento social

LGBT, Souza (2016) aborda como a homossexualidade é vista desde o século XIX pelos primeiros pesquisadores que abordavam a temática, acreditando que a homossexualidade era congênita e houve quem a tratava como uma degeneração neuro-física, além de outras hipóteses. Traz Foucault como uma das vozes mais importantes para aqueles que fazem estudos sobre a homossexualidade e os movimentos sociais associados a teoria queer[4]. Souza (2016) faz um caminho à visibilidade do movimento LGBT desde 1940 quando aconteceu na Europa até fim da década de 70 e início da 80 quando acontece no Brasil, reforçando que as maiores conquistas aconteceram apenas depois de 1990. Cita que é preciso reconhecer o papel fundamental que os movimentos sociais têm, mas que mesmo que tenham sido conquistados marcos legais, estes não garantem às pessoas LGBT, as condições efetivas ao exercício da plena cidadania.

Categoria 2: Políticas públicas e os movimentos sociais

A categoria 2, concentrou quatro trabalhos, sendo duas dissertações: Daniliauskas (2011) e Gomes (2016), e dois artigos artigo: Vianna (2015). A relação do cenário político durante a criação das políticas públicas para a comunidade LGBT+ esteve presente em todos os trabalhos, o que já era esperado, pois o BSH foi um lançamento do Governo Federal durante o mandato do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que segundo Vianna (2015) durante os 8 anos em que Lula governou, trazia discursos de inclusão social a partir das pressões que sofria pelas lutas e ações coletivas da sociedade civil organizada que buscavam a superação das desigualdades sociais.

O artigo de Meireles, Raizer e Margotto (2011) também abraçado por esta categoria, se organiza em Educação Sexual na Escola: Revendo Histórico em que traçam brevemente os marcos para termos políticas mais sólidas. Seguem abordando a Inclusão Escolar de forma breve, partindo efetivamente às Políticas Públicas, trazendo a sociedade civil organizada na busca da visibilidade a partir da demanda popular para garantia de direitos, ainda abordam o olhar das

[4] O termo "queer" tem sido usado, na literatura anglo-saxônica, para englobar os termos "gay" e "lésbica". Historicamente, "queer" tem sido empregado para se referir, de forma depreciativa, às pessoas homossexuais. Sua utilização pelos ativistas dos movimentos homossexuais constitui uma tentativa de recuperação da palavra, revertendo sua conotação negativa original. (LOURO, 2000)

Representações Sociais sobre as Políticas Públicas, evidenciando como profissionais que elaboram e implementam as políticas podem encontrar obstáculos por muitas vezes serem considerados não-sujeitos. Além disso, o artigo apresenta a População LGBT e as Políticas Educacionais Brasileiras, neste tópico trazem as Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Diversidade Sexual (PCNs) que veio no intuito de prevenir as crianças e jovens da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) como era chamada, pois caiu em desuso, sendo utilizado agora HIV[5]. Além desta abarcam o Plano Nacional De Políticas para as Mulheres, que foi resultado de movimentos feministas entre mulheres lésbicas, negras que reivindicaram ações que promovessem gestores da educação em todas as instâncias de governo a abordagem da temática diversidade sexual na escola. Meireles, Raizer e Margotto (2011) abordam ainda o Programa Brasil Sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, documentos abordados anteriormente neste trabalho.

Dentre as principais abordagens, a que mais se destacou foram as discussões voltadas ao BSH, que foi o documento visto como referência para políticas públicas subsequentes e que trouxe como objetivo o combate à violência e à discriminação contra a população LGBT+, além de ter a participação de militantes deste movimento social na construção do documento, que serviria de base para as demais esferas governamentais. Segundo Daniliauskas (2011), houve ajuda do Programa Nacional de DST/AIDS para financiamento da publicação, pois o governo não tinha orçamento, além de ajudar na articulação interna com o governo e o movimento social organizado, que criticou a falta de recursos para implementação.

Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT também no governo de Lula, que tinha como objetivo fortalecer o BSH e trazendo ações que garantisse o respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Gomes (2016) traz que o Plano foi muito rejeitado pelos ultraconservadores e fundamentalistas religiosos, pois trazia como uma

[5] HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) são frequentemente confundidos, mas há uma distinção crucial entre eles. O HIV é o vírus que, quando não tratado, pode levar à AIDS, uma condição que representa a fase mais avançada da infecção pelo HIV.

das ações programáticas a “união civil entre pessoas do mesmo sexo” e “garantia do direito de adoção por casais homoafetivos”.

Categoria 3: Educação sexual e o ambiente escolar

A terceira e última categoria, é a que mais agregou trabalhos. Contabilizando 4 trabalhos ao total temos a presença de uma dissertação Moreira (2016), que estrutura sua pesquisa em Neoliberalismo e Escola, Políticas Identitárias e Escola e Políticas Públicas e Escola – Demandas LGBT; um artigo: Joca (2014) que versa a diversidade sexual, partindo da visibilidade à eminência de políticas na educação, percorrendo os movimento LGBT com as perspectivas deste para a educação, trazendo as políticas que abraçam a diversidade sexual; E dois Trabalhos de Conclusão de Curso, Ribeiro (2014), que desenvolve seu trabalho a partir do entendimento do Brasil Sem Homofobia, o papel da Escola na Educação Sexual e a Educação com a Identidade de Gênero e Rotunno (2018) que inicia seu trabalho a partir da LGBTfobia na escola, passando para o combate desta a partir das Políticas Educacionais.

Infelizmente no dia a dia escolar é comum presenciarmos falas de caráter homofóbico, e é habitual, mas não deveria perceber que os presentes muitas vezes ficam sem reação diante de uma situação destas por não saber como se opor. Se faz necessário intervir, para que estas situações não sejam vistas com naturalidade. Nesse sentido, Ribeiro (2014) retrata que é preciso dar visibilidade aos preconceitos e discriminações sofridas, pois assim é possível refletir o impacto das interações com o outro, mesmo que não seja fácil e gere discussão social. Pois é a partir destas discussões que podemos desconstruir a homofobia, fazendo com que a escola cumpra com seu objetivo: educação para todos. É aí que percebemos a necessidade de trabalhar a educação sexual, para que o conhecimento a partir de conversas e debates desconstrua a homofobia.

Ao passo que Rotunno (2018) relembra que de acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e que dois dos seus principais fundamentos é a cidadania e a dignidade, mostrando que é obrigação do Estado desenvolver orientações para ações educativas no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade na sociedade.

Ribeiro (2014) caracteriza e destaca a importância do Brasil Sem Homofobia para materialização de políticas quanto à diversidade sexual nas escolas. Já Rotunno (2018) observa que a implementação de programas e ações para combater a discriminação e promover a igualdade de gênero foram enfatizadas e tiveram atenção no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), e relembra o projeto Escola Sem Homofobia foi vetado. Que segundo Rodrigues e Silva (2020) foi financiado em 2009 pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), tinha como objetivo promover um ambiente propício à igualdade e ao respeito à diversidade no cotidiano escolar, no entanto, sofreu ataques, o que ocasionou a descontinuidade dessas políticas.

Já na pesquisa de Mestrado realizada por Moreira (2016) há um destaque para a retirada de alguns termos de documentos importantes como por exemplo, a retirada dos termos ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ do corpo do texto do projeto de lei PL8035/2010 que deu origem ao Plano Nacional de Educação (PNE), que é um documento que determina as diretrizes, metas e estratégias para a educação entre os anos 2014 e 2024. Moreira coloca ainda que a omissão destes termos foi sentida nos debates que diziam respeito aos planos de educação nos níveis estadual, municipal, no Brasil todo, sem diretiva explícita para implementação de políticas específicas para comunidade LGBT, pois não tinha suporte para o financiamento nesta finalidade,

Contudo, há muito o que fazer, pois o sistema educativo ainda ignora a existência de adolescentes LGBT, sendo que a escola deve ser para todos, sem segregação e precisa de estratégias de esvaziamento das desigualdades. Em concordância Joca (2014) destaca que é impossível a escola ignorar as sexualidades, uma vez que não se pode pedir para que a deixem no portão da escola.

Louro (1997, p.80) corrobora com os trabalhos acima, pois mesmo que a sexualidade esteja presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com ela não é apresentada de forma aberta, trazendo que quando dirigentes e professores são questionados sobre a questão, respondem: “em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, não temos problemas nessa área” ou com “acreditamos que cabe à família tratas desses assuntos”. Atitudes como estas vem pelo fato de que muitos pais não querem que seus

filhos tenham o conhecimento por achar que este pode incentivas à praticas homossexuais e/ou a prática sexual. Nesse aspecto a autora supracitada complementa que para que um/a jovem possa vir a se reconhecer como homossexual, precisa desvincular à homossexualidade a desvios, patologias, formas não naturais e ilegais da sexualidade

4. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE (CREP): HÁ ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO BÁSICO?

A partir do entendimento dos documentos norteadores da Educação Básica, servindo como base para Educação Básica brasileira temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aplicando esta às especificidades do Estado do Paraná, onde este trabalho se desenvolve, temos o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) com ênfase no tratamento de como ambos trazem assuntos voltados à educação sexual dentro das Ciências da Natureza desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (Brasil, 2018). A BNCC foi aprovada em 2017 para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio e foi de fato implementada em 2019 e 2020.

O documento apresenta aprendizagens essenciais que devem assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais. Estas competências gerais da BNCC são desdobradas em objetos de conhecimento e habilidades, de acordo com cada faixa etária e etapa de ensino. São elas: 1. Conhecimento; 2. Pensamento científico, crítico e criativo; 3. Repertório Cultural; 4. Comunicação; 5. Cultura Digital; 6. Trabalho e projeto de vida; 7. Argumentação; 8. Autoconhecimento e autocuidado; 9. Empatia e cooperação; 10. Responsabilidade e empatia (Brasil, 2018).

A implementação da BNCC apresenta o pacto interfederativo, ou seja, as 3 esferas do governo (Municípios, Estados e Distrito Federal) trabalhando em prol de algo em comum, o que neste ponto seria: igualdade, diversidade e

equidade. Segundo a BNCC, a igualdade educacional é sobre a qual as singularidades de ingresso e permanência em uma escola, já que ao longo da história, foram naturalizadas as desigualdades educacionais, que são amplamente conhecidas entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica.

Já o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), a partir do Programa de Implementação da BNCC, definiu os direitos e os objetivos de aprendizagem. Traz sugestões de conteúdos para cada componente curricular, em cada ano, indicando também possibilidades de distribuição na periodização do ano letivo (Paraná, 2018).

Assim como a BNCC tem suas competências gerais, o CREP também tem as suas, sendo elas: 1. Conhecimento, 2. Pensamento científico, crítico e criativo; 3. Repertório Cultural; 4. Comunicação; 5. Cultura Digital; 6. Trabalho e projeto de vida; 7. Argumentação; 8. Autoconhecimento e autocuidado; 9. Empatia e cooperação; 10. Responsabilidade e cidadania. Além destas, é composto por oito competências específicas da natureza retiradas da BNCC.

4.1 O que nos dizem os currículos – nacional e estadual sobre a educação sexual?

A partir da leitura, investigamos se e como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) abordam a educação sexual nas Ciências da Natureza, partindo das competências específicas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Na tabela a seguir, estão elencadas 3 das 8 competências totais, separadas em duas categorias que caminham junto à educação sexual. Como pode ser visto no Quadro 5 abaixo:

Quadro 5 – Competências encontradas na BNCC voltadas à educação sexual

Competências
5 . Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
7 . Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Sartori (2022) coloca que a sexualidade abraça fatores como: sexo, afetividade, carinho, prazer, amor, gestos, comunicação, toque e a intimidade. Desenvolvida pelo ser humano e percorre todas as fases de sua existência, ela é a própria vida. Conhecer a si, a respeitar o próprio corpo, traz a compreensão da importância do mesmo para o outro, construindo o respeito.

A partir das competências, em Ciências, o documento apresenta as unidades temáticas que se repetem ao longo de todo o Ensino Fundamental, sendo elas: Matéria e Energia; Vida e Evolução; Terra e Universo. Ao explicar a segunda unidade temática, a BNCC propõe ampliar o conhecimento e o apreço das crianças, identificando os cuidados necessário para a manutenção da saúde e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial. Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são

relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (Brasil, 2018).

O documento destaca também que ao terminarem o Ensino Fundamental, os estudantes estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. (Brasil, 2018).

Dentro das Unidades Temáticas estão os Objetos de Conhecimento[6] que trazem o conteúdo de fato a ser trabalhado nas aulas. Na tabela a seguir, pode-se ver em que ano encontramos a educação sexual sendo abordada, como está sendo chamado o objeto de conhecimento e quais Habilidades[7] este pretende desenvolver. Ver Quadro 6, seguir:

[6] Objetos de conhecimento anteriormente conhecido como conteúdo, diz respeito aos assuntos abordados ao longo de cada componente curricular, ou seja, aquilo que será o meio para o desenvolvimento das habilidades. Objetos de conhecimento, em Ciências, podem ser “Seres vivos no ambiente”, “Plantas”, “Usos do solo” etc. (Brasil, 2018)

[7] Habilidade: está relacionada aos diferentes objetos de conhecimento, ou seja, conteúdos, conceitos e processos, de cada componente curricular. São ações a serem praticadas para que se entenda tais objetos (Brasil. 2018).

Quadro 6 – Objetos de conhecimento com suas respectivas habilidades nos anos inicias do Ensino Fundamental.

Ano	Objeto de Conhecimento	Habilidade
1°	Corpo Humano; Respeito à Diversidade.	(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.
3°	Característica e Desenvolvimentos dos Animais	(EF03CI05) Descrever e comunicar as alterações que ocorrem desde o nascimento em animais de diferentes meios terrestres ou aquáticos, inclusive o homem.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Já no primeiro ano do Ensino Fundamental é sugerido tratar com os alunos as características físicas que os distinguem, trabalhando a diversidade para promoção do respeito, além de valorizar e acolher as diferenças. Já nos anos finais do Ensino Fundamental, a exploração das vivências, saberes, interesses e curiosidades dos alunos sobre o mundo natural e material continua sendo fundamental. Todavia, ao longo desse percurso, percebem-se uma ampliação progressiva da capacidade de abstração e da autonomia de ação e de pensamento, em especial nos últimos anos, e o aumento do interesse dos alunos pela vida social e pela busca de uma identidade própria. Essas características possibilitam a eles, em sua formação científica, explorar aspectos mais complexos das relações consigo mesmos, com os outros, com a natureza, com as tecnologias e com o ambiente; ter consciência dos valores éticos e políticos envolvidos nessas relações; e, cada vez mais, atuar socialmente com respeito, responsabilidade, solidariedade, cooperação e repúdio à discriminação. A seguir, o Quadro 7 apresenta os objetos de conhecimento e as habilidades dos anos finais do ensino fundamental.

Quadro 7 - Objetos de conhecimento com suas respectivas habilidades nos anos finais do Ensino Fundamental.

Ano	Objeto de Conhecimento	Habilidade
8°	Mecanismos reprodutivos; Sexualidade.	(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.
		(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
		(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.
		(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

É perceptível que durante todo o Ensino Fundamental a educação sexual é abordada de forma singela, apenas no 8° ano ela aparece em realce, visto que é preciso falar da parte fisiológica do corpo, já que estas estão associadas às infecções transmitidas a partir do sexo. A análise termina no Ensino Médio, este é composto por 3 competências[8] específicas, e é na segunda destas que encontramos uma leve tendência para tratativa da educação sexual, como segue o Quadro 8 abaixo:

[8] Competências: a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas do dia a dia. (Brasil, 2018)

Quadro 8 – Competência 2 e Habilidade do Ensino Médio nas Ciências da Natureza.

Competência Específica 2	Analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis.
Habilidade	(EM13CNT207) Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Ao finalizar a análise da Base Nacional Comum Curricular, entramos no Currículo da Rede Estadual Paranaense, por ser responsável em colocar em prática a BNCC no estado do Paraná. As semelhanças são evidentes, no entanto, já na leitura dos encaminhamentos metodológicos aborda a inserção de temas, entre estes Gênero e Diversidade Sexual como obrigatórios por legislações e que devem ser cumpridas com ações didático-pedagógicas dentro das possibilidades teóricas de cada componente curricular (Paraná, 2019).

Mesmo sendo de caráter obrigatório, o documento repassa responsabilidade para aa escola e para os professores encontrarem um momento para tratar do assunto, abstendo-se, assim, de tratar temas de tamanha relevância, deixando-os para as instituições de ensino. Assim como a BNCC não prevê em suas 600 páginas o ensino de gênero, orientação sexual e educação sexual, o CREP, formulado a partir do documento nacional, também não apresenta esses conteúdos como centrais em sua organização e proposição curricular.

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas observações, sabe-se que o incentivo às pesquisas que abordam as demandas da comunidade LGBT+ são necessárias e urgentes, e é preciso se opor ao desmonte das políticas que incentivam o combate à discriminação e a violência nas escolas e fora delas. Noto também que fazer com que a comunidade escolar reflita sobre a necessidade de abordar conceitos, promover exposição de ideias e debates entre os alunos é uma alternativa para que aos poucos o conhecimento acerca da diversidade descontrua a homofobia.

Ao padronizar um currículo nacional com aprendizagens ‘essenciais’ aos estudantes de todo o país, criam-se barreiras para as diferenças e as diversidades. A escolha para atender a lógica do capital e ao empresariado, desloca o conceito de uma educação de qualidade para uma percepção de educação como ‘mercadoria’, subestimando-se não apenas a interação social e a diferença, mas ignorando-se toda a multiplicidade de demandas e necessidades, de contextos e escolas distintas. Pois, se desloca toda a “parte diversificada do currículo comum” para fora da centralidade, ao colocar temas importantes como ‘transversais’ ao currículo comum.

REFERÊNCIAS

AMESTOY, Micheli Bordoli; DE TOLENTINO-NETO, Luiz Caldeira Brant. **Políticas Públicas Educacionais: Teorias e práticas contemporâneas.** Santa Maria, RS : Arco Editores, 2024. 228p.

ANDRÉ, M., M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: LiberLivros, 2013. BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos** – SEDH, Brasília, 2009.

CARDIAL, K. **Orientação sexual e identidade de gênero: escola precisa saber incluir.** Revista Educação. Disponível em: https://revistaeducacao.com.br/2021/10/01/identidade-de-genero-orientacao-escola/. Acesso em: Abril/2024

CARVALHO, M.T. **A base Nacional Comum Curricular e sexualidade: crítica e resistência.** Florianópolis, v. 7, n°13, p.89-100, jun.2020.

CATRINCK, I.M.O.; MAGALHÃES, S.A.B.; CARDOSO, Z.S. **Políticas públicas educacionais de gênero e diversidade sexual: avanços e retrocessos.** Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, vol.29, nº58, 2020.

DANILIAUSKAS,M**. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011

DIAS, C. F. B.; PEREIRA, C. S.; TENÓRIO, M. M.; SANTOS JUNIOR, G. **Formação Continuada para o ensino de estatística:** as pesquisas no cenário brasileiro. In: LOPES, R. P.; PIRES, M. V.; CASTANHEIRA, M. L. P.; SILVA, E. M.; SANTOS, G.; MESQUITA, C.; VAZ, P. M. F. (Org.). III Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE): livro de atas. Bragança:

Instituto Politécnico, 2018, p. 859-867. Disponível em: http://hdl.handle.net/10198/17381.

FREITAS, Gabriela. Orientação Sexual na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Estado do Paraná. 2021. 34 páginas. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas), Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Santa Helena, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, J.C. **Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT: Uma análise das ações do programa Brasil Sem Homofobia em João Pessoa/PB**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2016

JOCA, A.M. **Para além do Devir: Políticas públicas educacionais para a diversidade sexual.** In: Revista Avaliação de Políticas Públicas, v.2, n.14, p,46-64,jul/dez. 2014

KITCHENHAM, B. **Procedures for Performing Systematic Reviews.** Joint Technical Report: Keele University, 2004.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

MACEDO, Elizabeth. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos PCN**. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 87-109, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a05.pdf

MARCON, A.N.; PRUDÊNCIO, L.E.V.; GESSER.M. **Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola.** Revista Scielo, São Paulo,2016.

MEIRELES, A.C.; RAIZER, E.C.; MARGOTTO, L.R. **Diversidade sexual nas políticas educacionais brasileiras: uma abordagem crítica preliminar.** In: Anais do Seminário Nacional da Pós Graduação em Ciências Sociais – UFES, v.1, n.1. 2011.

MOREIRA. J. **Janelas fechadas: o percurso da Pauta LGBT no PNE 2014**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo da Rede Estadual Paranaense** - CREP – EF. Curitiba: SEED, 2019.

Ramos, A., M. Faria, P., & Faria, Ádila. (2014). Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, *14*(41), 17–36.

RIBEIRO, J.T. **Políticas para a comunidade LGBT: uma breve análise do Programa "Brasil Sem Homofobia".** Trabalho de conclusão de curso – Universidade de Brasília. Brasília. 2014

RIBEIRO, M. **Educação sexual e metodologia.**

ROTUNNO, L. **Educação e diversidade: uma análise sobre as políticas educacionais de combate à LGBTfobia.** Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2018

SARTORI, T.L. **Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: marginalização da educação sexual na bncc.** Araraquara, v.23, n°00, jan/dez. 2022

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer.** Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020

SOUZA, J.A.C. **A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Educação – Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. 2016

SILVA. B.C.F. et a. **A história dos direitos LGBT+I.** Politize,2021. Disponível em : https://www.politize.com.br/equidade/historia-dos-direitos-lgbt/. Acesso em: Abril/2024.

VIANNA, C.P. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios.** Revista Scielo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015.